STJ00118720

MICHEL TEMER

ELEMENTOS DE **DIREITO CONSTITUCIONAL**

25ª edição

EDITORA JUSPODIVM | MALHEIROS EDITORES
www.editorajuspodivm.com.br

STJ00118720

1ª edição: 1982, 2ª tiragem: 1983; 2ª edição: 1984; 3ª edição: 1985, 2ª tiragem: 1986; 4ª edição: 1987, 2ª tiragem: 1988; 5ª edição: 02.1989; 6ª edição, 1ª tiragem: 04.1989, 2ª tiragem: 06.1989; 7ª edição: 1990; 8ª edição: 1991; 9ª edição: 1992; 10ª edição, 1ª tiragem: 05.1993; 2ª tiragem: 02.1994; 3ª tiragem: 09.1994; 11ª edição: 1995; 12ª edição: 02.1996; 13ª edição: 02.1997; 14ª edição: 02.1998; 15ª edição: 01.1999; 16ª edição: 01.2000; 17ª edição: 01.2001; 18ª edição: 01.2002; 19ª edição, 1ª tiragem: 03.2003; 2ª tiragem: 03.2004; 20ª edição: 04.2005; 21ª edição: 07.2006; 22ª edição: 08.2007; 23ª edição: 02.2010; 24ª edição, 1ª tiragem: 03.2012; 2ª tiragem: 03.2014; 3ª tiragem: 08.2015; 4ª tiragem: 01.2017; 5ª tiragem: 02.2019.

EDITORA JusPODIVM | MALHEIROS EDITORES

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

Contatos: https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento
malheiroseditores@terra.com.br

Copyright: Edições *Jus*PODIVM e Malheiros Editores

Diagramação: PC Editorial Ltda. *(pceditorial@gmail.com)*

Capa: Maitê Coelho *(maitescoelho@yahoo.com.br)*

T279e Temer, Michel
Elementos de Direito Constitucional / Michel Temer. – 25. ed. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.
240 p.

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-4577-4.

1. Direito Constitucional. 2. Normas Constitucionais. 3. Poder Legislativo. 4. Criação de Leis. I. Temer, Michel. II. Título.

CDD 341.2

Bibliotecária Responsável
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições *Jus*PODIVM e Malheiros Editores.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

STJ00118720

SUMÁRIO

Parte I
INTRODUÇÃO

Capítulo I
A CONSTITUIÇÃO. NORMAS CONSTITUCIONAIS. INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE

1. Conceito de Constituição 17
2. A Constituição: seus sentidos sociológico, político e jurídico
   2.1 Sentido sociológico 19
   2.2 Sentido político 19
   2.3 Sentido jurídico 20
3. Características do Direito 21
4. Matéria constitucional 22
5. Interpretação da norma constitucional 24
6. Aplicabilidade da norma constitucional 25
7. Espécies de Constituição 28

Capítulo II
O PODER CONSTITUINTE

1. Noções preliminares 31
2. A titularidade e o exercício do Poder Constituinte 33
3. Espécies de Poder Constituinte: originário e derivado 34
4. Os limites da competência de reforma constitucional 37
5. A revisão constitucional 39
6. Recepção, repristinação e desconstitucionalização 40
7. A possibilidade de revisão constitucional facilitada 41

Capítulo III
CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DE ATOS NORMATIVOS

1. Introdução 44

STJ00118720

2. Órgãos de controle 45
3. Formas de controle da constitucionalidade 46
4. Os meios de controle (repressivo) da inconstitucionalidade 47
4.1 Via de exceção 47
4.2 Via direta 49
4.2.1 Competência para o julgamento da representação de inconstitucionalidade 49
4.2.2 Ação direta de inconstitucionalidade 50
4.2.3 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão ... 51
4.2.4 Ação declaratória de constitucionalidade 54
4.2.5 Arguição de descumprimento de preceito fundamental 54
5. O pedido de cautelar nas representações por inconstitucionalidade 55

Parte II

DIVISÃO ESPACIAL DO PODER

Capítulo I

O ESTADO FEDERAL

1. Conceito de Federação 59
2. A Federação brasileira 67
3. Origem da Federação 71
4. A Federação: evolução constitucional no Brasil 73
5. Vários rumos do Federalismo brasileiro 75
6. Conclusões 76

Capítulo II

A UNIÃO. INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS

1. Explicação preliminar 78
2. Competências da União 79
3. A União, por si e em nome da Federação 80
4. Intervenção federal nos Estados 80
5. O processo da intervenção federal 81
6. Bens da União 83

Capítulo III

OS ESTADOS FEDERADOS

1. Introdução 86
2. A autonomia estadual 86
3. Competências dos Estados 87
4. Autoridades próprias dos Estados 89
5. A eleição do governador, do vice-governador e dos deputados. A escolha dos magistrados 90

STJ00118720

6. O Poder Constituinte dos Estados 91
7. Intervenção do Estado no Município 93

Capítulo IV
TERRITÓRIOS FEDERAIS

1. Surgimento do Território 94
2. A natureza jurídica dos Territórios Federais 95
   2.1 Centralização administrativa 95
   2.2 Concentração e desconcentração 96
   2.3 Descentralização 97
   2.4 Descentralização política 98
   2.5 Descentralização administrativa 98
   2.6 Autarquias 99
3. Conclusões 101

Capítulo V
DISTRITO FEDERAL

1. Introdução 103
2. Natureza jurídica do Distrito Federal 104
3. Os tributos no Distrito Federal 104

Capítulo VI
O MUNICÍPIO. REGIÕES METROPOLITANAS

1. Introdução 106
2. Autonomia municipal 107
3. Competência dos Municípios 108
4. Organização política e administrativa 109
5. Competência para edição das Leis Orgânicas Municipais 109
6. Intervenção estadual nos Municípios 112
7. A fiscalização financeira e orçamentária 113
8. As Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões 114

Parte III
DIVISÃO ORGÂNICA DO PODER

Capítulo I
TRIPARTIÇÃO DO PODER

1. Introdução 119
2. Significado constitucional da palavra "poder" 119

STJ00118720

3. O poder é uno 120
4. Funções típicas e atípicas de cada Poder 122
5. Significado da independência entre os Poderes 123
6. Indelegabilidade de atribuições. Impossibilidade de exercício simultâneo de funções 126

Capítulo II

PODER LEGISLATIVO: SUA ESTRUTURA

1. Introdução 127
2. A Câmara dos Deputados 128
3. O Senado Federal 129
4. As Mesas Diretoras e as Comissões 129
5. Garantia dos parlamentares 131

Capítulo III

PODER LEGISLATIVO: SUAS FUNÇÕES

1. Funções típicas e atípicas 133
2. A função fiscalizadora 134
3. Os Tribunais de Contas 134

Capítulo IV

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA LEI

1. Conceito de lei 137
2. Fases do processo de criação da lei
   a) Iniciativa 138
   b) Discussão 139
   c) Votação 140
   d) Sanção ou veto 141
   e) Promulgação 144
   f) Publicação 145

Capítulo V

AS ESPÉCIES NORMATIVAS

1. Espécies normativas 146
2. Emendas à Constituição 146
3. Processo de criação da Emenda à Constituição 147
4. Lei complementar e lei ordinária 148
5. Processo de criação da lei complementar e da lei ordinária 150

STJ00118720

6. Peculiaridades do processo de criação da lei ordinária 151
7. Leis delegadas 152
8. Processo de criação da lei delegada 152
9. Medidas provisórias 153
10. Processo de criação da medida provisória 155
11. Decreto legislativo 159
12. Processo de criação do decreto legislativo 159
13. Resoluções 160
14. Processo de criação das resoluções 160

Capítulo VI
O PODER EXECUTIVO

1. Funções 161
2. Parlamentarismo e presidencialismo 162
3. Decreto e regulamento 162
4. O Presidente da República e os Ministros de Estado 165
5. Os funcionários públicos e as Forças Armadas 167
6. Crimes de responsabilidade 169

Capítulo VII
PODER JUDICIÁRIO: SUAS FUNÇÕES.
GARANTIAS DOS MAGISTRADOS

1. Funções: a jurisdição 174
2. Escolha dos dirigentes dos Tribunais 175
3. O Supremo Tribunal Federal 177
4. Garantias dos magistrados 179
5. O Conselho Nacional de Justiça 179
6. O Conselho Nacional do Ministério Público 179

Capítulo VIII

PODER JUDICIÁRIO: SUA ESTRUTURA 181

Parte IV
INSTRUMENTOS DE GARANTIA DE DIREITOS

Capítulo I
O MANDADO DE SEGURANÇA

1. Introdução 185
2. Ilegalidade e abuso de poder 187

STJ00118720

3. O mandado de segurança no Direito brasileiro 187
4. Direito líquido e certo. Conceito 190
5. A autoridade responsável 191
6. Cabimento da medida liminar após denegação da segurança 192
7. Recurso administrativo e mandado de segurança 196
8. O mandado de segurança coletivo 199
9. Súmulas do STF e do STJ 201

Capítulo II
O "HABEAS CORPUS"

1. Introdução 206
2. Origem do "habeas corpus" 207
3. Sujeitos passivos do "habeas corpus" 208

Capítulo III
AÇÃO POPULAR

1. Introdução 210
2. O princípio republicano e a ação popular 211
3. Legitimidade para propor ação 212
4. Lesividade ao patrimônio público 213

Capítulo IV

DIREITO DE PETIÇÃO 215

Capítulo V

O MANDADO DE INJUNÇÃO 217

Capítulo VI

O "HABEAS DATA" 224

BIBLIOGRAFIA 227

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 233